

ESPECIALIZAÇÕES RESPONDEM A NECESSIDADES DAS PROFISSÕES JURÍDICAS

Tornar-se especialista num determinado "nicho de mercado" constitui um trunfo, a forma de o candidato fazer a diferença num mercado de trabalho que valoriza cada vez mais especializações em áreas que tradicionalmente não se ensinam nas Escolas de Direito. Programas de formação pós-graduada em Direito da Saúde,

Direito do Jogo e Direito da Moda são exemplos de novas temáticas oferecidas e que as sociedades de advogados valorizam.

ESPECIALIZAÇÕES

Formação pós-graduada em domínios não tradicionais está a crescer P2

JE TALKS

Marta Portocarrero

Diretora-adjunta e coordenadora para a Inovação Pedagógica da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

"Abrangência do ensino é "fundamental" para a advocacia do futuro" P4



FORMAÇÃO AVANÇADA

Um fator de diferenciação chamado LL.M. ■P5

FÓRUM

Quais são as novas skills necessárias para singrar na advocacia? • P6

Especial Escolas de Direito: Nova Geração

ESPECIALIZAÇÕES

Formação pós-graduada em domínios não tradicionais está a crescer

Direito do Desporto, Direito da Saúde, Direito da Moda são exemplos de novas temáticas na oferta das Escolas de Direito. Especializações respondem à procura do mercado de trabalho.

ALMERINDA ROMEIRA aromeira@jornaleconomico.pt

A Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa vai lançar três programas de pós-graduação (PG), qual deles em temática mais inovadora. "As PGs em causa referem-se a domínios —a Saúde, a Moda, o Futebol Profissional— que não são tradicionalmente objeto, enquanto tal, do ensino nas faculdades de Direito, mas em que o mercado valoriza cada vez mais um conhecimento focado nessas matérias", afirma Manuel Fontaine, diretor da Escola, ao Jornal Económico.

E acrescenta: "Dirigindo-se também a profissionais de outras áreas, como médicos, engenheiros, gestores..., a sua frequência permite a criação, por parte dos formandos, de uma rede de contactos transdisciplinar, que é por eles muito valorizada".

A Pós-graduação em Direito da Saúde; a PG em Organização e Gestão do Futebol Profissional; PG em Direito da Moda (3.ª edição) inserem-se na oferta da Faculdade de Direito da Católica na cidade Invicta, que totaliza já 14 programas.

"Procura-se garantir que os profissionais do Direito, mas também de outras áreas científicas, possam atualizar, por um lado, e aprofundar, por outro, os seus conhecimentos em determinadas áreas, nalguns casos, muito específicas, conseguindo deste modo tornar-se especialistas e afirmar-se num determinado "nicho de mercado", explica Manuel Fontaine.

Com arranque em setembro, a PG em Direito da Saúde é mesmo uma novidade no Norte do país. Tem coordenação de Paula Ribeiro de Faria e Sandra Tavares, docentes na Escola de Direito, e Mar-



Manuel Fontaine
Diretor da Escola do Porto da Faculdade
de Direito da Universidade Católica
Portuguesa



Mariana França Gouveia
Diretora da NOVA School of Law



Fernando Oliveira e Sá Membro do C. de Direção e Coord. das Pós-Graduações e Formação Avançada da Católica Next - Escola de Lisboa da



Paulo de Tarso Domingue Diretor da Faculdade de Direito da U.Porto

garida Vieira e Pedro Melo, do Instituto de Ciências da Saúde (Porto). Os coordenadores consideram ao JE que "é cada vez mais importante que o profissional de saúde conheça os princípios e os conceitos jurídicos mais utilizados na sua profissão". De forma a — explicam — "poderem resolver eficaz e autonomamente um sem número de problemas que se colocam na sua prática diária".

É importante que os profissionais da saúde estejam conscientes dos direitos do doente em matérias como confidencialidade, autonomia, privacidade e segurança. Dálhes margem de atuação dentro do sistema. Podem, por exemplo, intevir na prevenção de "conflitos desnecessários que só contribuem para desgastar os intervenientes e o sistema de justiça".

A sociedade evoluiu, nos últimos 20 anos, trazendo novos desafios nas decisões que implicam a sinergia entre o direito e a saúde em matérias muito complexas desde o nascer ao morrer.

"O jurista —justificam os coordenadores da PG em Direito da Saúde— só pode beneficiar da especialização do seu conhecimento na área da saúde que, como qualquer outro ramo do direito, tem particularidades processuais, organizacionais e de direito material, e cujo desenvolvimento nos últimos anos gera o risco de uma desatualização rápida".

O Direito na U.Porto

Na cidade Invicta, a Faculdade de Direito da Universidade do Porto é pública e uma das mais inovadoras do país. Disponibiliza formação pré e pós-graduada em Criminologia, área que, a par do Direito, define a sua oferta formativa na qual se destaca também a criação de conhecimento nos domínios das ciências jurídicas e da ciência



do crime. Nesta edição, olhamos para o seu Programa Doutoral em Segurança e Saúde Ocupacionais. Interdisciplinar, é assegurado por um corpo docente que envolve meia centena de professores de 13 das 14 Faculdades da U.Porto. O programa aponta mira à resolução de um problema capital em Portugal: a falta de condições de segurança e saúde ocupacionais que permitam "qualidade de vida e, tanto quanto possível, a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, com e sem necessidades especiais".

De referir, os custos da sinistralidade e das doenças profissionais, em geral, que resultam dos dias de trabalho perdidos, dos tratamentos e perdas de produtividade consomem entre 2% a 3% do PIB.

CatólicaNext

É a unidade da Escola de Direito de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Fernando Oliveira e Sá, membro do Conselho de Direção | Coordenador das Pós-Graduações e Formação Avançada – Católica Next, revela ao JE que este ano está previsto o funcionamento de uma dezena de pós-graduações e oito cursos breves e intensivos.

A oferta compreende pós-graduações em Direito da Energia, Direito Imobiliário, Direito das Sociedades Comerciais, Ciências Jurídicas, Direito do Desporto, Direito e Prática da Contratação Pública, Fiscalidade, Direito Aduaneiro Europeu, Contencioso Tributário e Direito da Saúde | 6ª edição. Já os cursos breves previstos são em: Convenções de Dupla Tributação e BEPS, Fiscal Internacional, Crime e Impostos, Fiscalidade da Energia, Curso Tributação Sectorial, Direito e Finanças, "Sports Betting".

Fernando Oliveira e Sá adianta ao JE que no ensino especializado, pós-graduações e cursos breves, muito voltado para as necessidades das profissões jurídicas, as apostas mais recentes têm sido na área do Direito Fiscal e no Direito do Jogo. Na área fiscal, acrescenta, foram criados uma série de novos cursos, dos quais destaca uma Pós-Graduação em Direito Aduaneiro, um curso de Direito Penal Fiscal, chamado "Crime e Impostos", e Direito Fiscal Internacional a lançar em breve. No âmbito do Direito do Jogo, refere ainda o responsável da Católica Next, foi criado um curso sobre apostas desportivas, no qual "participaram muitos docentes estrangeiros, e que, em razão do seu sucesso", a Escola vai voltar a ofe-

Muito do sucesso dos cursos da Católica Next reside precisamente na constante procura por uma complementaridade entre a Faculdade de Direito e as profissões jurídicas, diz Fernando Oliveira e Sá

recer no próximo ano, a par com outras iniciativas na mesma área.

"O ensino pós-graduado vive, precisamente, de uma estreita relação com o mercado, na medida em que, para ter sucesso, tem de oferecer formação apta a responder às necessidades dos operadores jurídicos", afirma Fernando Oliveira e Sá.

Na prática — explica— tal significa que, muitas vezes, o impulso para a criação de cursos parte de solicitações do mercado ou de docentes da Faculdade com maior contacto com o mercado. Muito do sucesso dos nossos cursos reside precisamente aí, nesta constante procura por uma complementaridade entre a Faculdade de Direito e as profissões jurídicas".

Especializações da NOVA

A escola de Direito da Universidade Nova de Lisboa, NOVA School of Law, aposta muito forte na especialização. Nos mestrados, a sua oferta é alargada e diversificada, repondendo com a perspetiva do Direito a temas fundamentais da sociedade. Além de mestrados específicos como, por exemplo, o Direito e Economia do Mar - A Governação do Mar ou Direito e Segurança, o próprio mestrado em Direito oferece três diferentes especializações: Direito Social e da Inovação; Direito Internacional e Europeu e Direito Empresarial e Tecnologia (Law & Tech).

"Vem dar resposta a uma necessidade cada vez mais premente na nossa sociedade, que é também uma formação complementar muito procurada no mercado de trabalho", diz ao JE Mariana França Gouveia, Diretora da NOVA School of Law, sobre o Mestrado Law & Tech.

Coordenado por Athina Sachoulidou e Frabrizio Esposito, o programa foi concebido para preparar profissionais do Direito para as áreas mais influenciadas pela inovação tecnológica — Big Data, Inteligência Artificial, robótica, blockchain e Internet das Coisas. Lecionado em inglês, é ministrado por um corpo docente com forte expertise em tecnologia e quer responder às necessidades de formação em Portugal e lá fora, dado que se dirige a um público global.

"As nossas e os nossos mestres entram no mercado de trabalho como profissionais altamente qualificados, prontos a aconselhar, orientar e apoiar o tecido empresarial português, e não só, sobre como colher os benefícios da inovação tecnológica e fazer de Portugal um polo de inovação", salienta-Mariana França Gouveia.

Segundo a directora da NOVA School of Law, o curso Law & Tech "orienta e estimula os estudantes a descobrir e cultivar os seus próprios objetivos e interesses e a estabelecer um perfil individual de especialista que lhes permitirá assumir posições de liderança na encruzilhada entre o Direito e a Tecnologia"

Na sociedade do conhecimento, a especialização é um trunfo individual e um fator diferenciador no mercado de trabalho. ■ LIVROS

Almedina reforça áreas emergentes do Direito

A Almedina, distingue-se pela proximidade à academia e liderança na área jurídica. Nuno Filipe Lino é responsável pela Unidade de Negócio Jurídico do Grupo Almedina, que tem várias marcas.

A nova oferta editorial está a incorporar as novas tendências a nível de 'skills' que são necessários para a advocacia?

As novas gerações de juristas são exigidas de forma crescente, além da formação académica tradicional, competências que vão além do escopo estritamente jurídico, não só no conteúdo, mas igualmente na forma. Neste particular, a crise pandémica veio acelerar a transformação digital e igualmente as formas de trabalhar, e, nos estabelecimentos de ensino superior, com as avaliações e aulas não presenciais a terem um papel importante enquanto acelerador da transição digital. Em termos editoriais, o racional não só consiste em acompanhar as tendências académicas e profissionais, mas antecipar as mesmas, não apenas no que respeita ao conteúdo

mas à forma, tendo as Edições Al-

medina convertido grande parte do

seu catálogo para formato digital,

permitindo e democratizando o

acesso digital aos conteúdos e ten-

tando desta forma reduzir o fenómeno da cópia ilegal. Paralelamente, temos feito um trabalho de acolhimento, apoio e divulgação dos nossos autores e das obras produzidas no âmbito de áreas emergentes do Direito, estando cada vez mais presentes no nosso catálogo conteúdos que acabam por refletir o desenvolvimento da sociedade. São exemplo disso mesmo temas como "blockchain", "smart contracts" ou "bitcoins", que inicialmente estavam pouco ou nada explorados, e em que as Edições Almedina assumiram o seu papel de líder de mercado divulgando e dinamizando a edição desses conteúdos. Antecipando tendências, as equipas estão atentas às necessidades editorias futuras, para que seja-

mos capazes de oferecer conteúdo

atualizado, de relevo e com a quali-

dade editorial que nos caracteriza.

Só com este racional foi possível,

quase em simultâneo com a entrada

em vigor do regime do "whistle-

blowing", termos dois títulos rela-

cionados com este tema de cariz

eminentemente prático. $\blacksquare AR$

Nuno Filipe de Carvalho Lino Responsável pela Unidade de Negócio Jurídico do Grupo Almedina



JE TALKS

Ensino abrangente será "fundamental" para o futuro

Universidades e sociedades de advogados concordam que a troca de experiências é fundamental para a prática do Direito numa sociedade que se revela cada vez mais tecnológica, digital e multidisciplinar.

JOÃO TERESO CASIMIRO jcasimiro@jornaleconomico.pt

Preparar os advogados do futuro é uma tarefa dividida entre instituições de ensino e empresas que atuam na área do Direito. Esta formação, cada vez mais baseada na prática, visa responder aos desafios do presente, mas também do futuro, concretamente numa perspetiva tecnológica que está - e vai continuar - a revolucionar praticamente todos os aspetos da vivência em sociedade. Esta é a noção central partilhada na mais recente JE Talks.

Durante a iniciativa promovida pelo Jornal Económico, Nuno da Silva Vieira, advogado e sócio da Antas da Cunha ECIJA e Marta Portocarrero, diretora-adjunta e coordenadora para a inovação pedagógica da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, abordaram o futuro da advocacia, com foco no caminho que o Ensino e as sociedades de advogados, em conjunto, terão de fazer para responder às necessidades de um ecossistema empresarial virado para a tecnologia.

"Nós temos um mundo sui generis, que é o mundo académico, onde os alunos tentam garantir uma formação que seja elementar para o mercado de trabalho. Depois, temos um mercado de trabalho que, com todo este vanguardismo, com a tecnologia e com todas estas movimentações multidisciplinares, muitas vezes, é turvo para os alunos e para as universidades", começa por dizer Nuno da Silva Vieira. O responsável da Antas da Cunha ECIJA considera que "não basta apenas ser conhecedor do Direito, não basta apenas ter uma licenciatura em Direito, a pessoa tem de ter um conjunto de ferramentas que permitam poder ser criativo e ir ao encontro da jornada dos clientes". Desta forma, o advogado assinala o papel das universidades na criação da ponte entre o mercado de trabalho e todos os conceitos da profissão, sublinhando a importância da "mentoria dos alunos", quer seja através de profissionais com larga experiência no sector, ou recorrendo a exemplos reais.

"O aluno, hoje, quando é procurado por um escritório de advogados, tem de ser um aluno multidisciplinar. Um aluno que, de alguma forma, teve uma mentoria, que sabe aquilo que vai encontrar cá fora, na realidade laboral, mas esse trabalho tem de ser feito pelas universidades como um espelho social".

Por sua vez, Marta Porto Carrero, em jeito de resposta, afirma

L Tv

Assista a esta Talk na JETV, a plataforma multimédia do Jornal Económico que "do ponto de vista do contacto com a prática, os nossos alunos [da UCP] têm já, durante a própria fase da licenciatura, um contacto muito estreito com várias vantagens evidentes, não só o próprio contacto, uma primeira iniciação a uma realidade que vão conhecer no pós-licenciatura, como também estabelecendo redes de contactos, que neste momento são absolutamente essenciais". No entanto, a responsável da Universidade Católica, confirma que os avanços tecnológicos, e as temáticas daí resultantes, são uma preocupação para quem forma, atendendo ao feedback recebido por quem trabalha no sector da advocacia.

"Na área da tecnologia, apostamos fortemente na formação dos nossos alunos com algumas disciplinas na própria licenciatura, de Direito e tecnologia, e aí abrangendo as mais diversas áreas do direito. Temos consciência de que esse é o grande desafio em todas as áreas do saber e, muito em particular, no Direito, com questões muito pertinentes e essenciais. A introdução da tecnologia e da Inteligência Artificial cria problemas gravíssimos do ponto de vista jurí-

dico, ainda que possa ser uma ferramenta muito útil", admite.

Nuno da Silva Vieira concorda e dá exemplos de como a Inteligência Artificial poderá condicionar o direito internacional: "O FMI no último relatório produzido garante que, até 2025, 30% do PIB mundial será baseado em economia digital. Ao representar 30% do PIB dos países de todo o mundo, implica que os advogados também possam responder às necessidades desses 30%. Diria que, numa conta simples, se em Portugal há 30 mil advogados, 10 mil têm de estar dedicados à economia digital. A pergunta é: Estarão? Não. Se calhar nem 0,1%".

Para o sócio da Antas da Cunha ECIJA caberá aos advogados levar "temas novos" de forma a colocarem pressão sobre a justiça e, dessa forma, inovar. Ainda assim, acrescenta que "se a universidade não entender que estamos numa sociedade de vanguarda, não dotar os alunos de uma criatividade que lhes possa depois, na prática, promover toda a inovação - mesmo do sistema judicial -, nós estaremos a desenhar mal o nosso sistema judicial".

FORMAÇÃO AVANÇADA

Um fator de diferenciação chamado LL.M.

A perspetiva abrangente do Direito e do seu posicionamento estratégico e a exposição ao ambiente internacional são mais valias reconhecidas quer pelo candidato quer pelas sociedades.

ALMERINDA ROMEIRA aromeira@jornaleconomico.pt

Saiu diretamente da licenciatura para o LL.M. Law in a Digital Economy, que se veio a revelar a experiência mais marcante do seu percurso académico. Foi aí que Ana Rita Santos consolidou a sua opção de seguir pela via da advocacia.

"Todo o ano em que estudei na Católica Global School of Law, num ambiente tão internacional e tão dinâmico, foi fundamental em moldar-me enquanto profissional e também às minhas perspetivas de carreira", conta ao Jornal Económico. O programa, diz, permitiu-lhe especialmente "desenvolver uma perspetiva abrangente do Direito e do seu posicionamento estratégico na economia mundial e na inovação".

Ana Rita Santos integrou a primeira turma do LL.M. Law in a Digital Economy. Hoje, é advogada estagiária na DLA Piper ABBC, nascida da integração, em 2017, da portuguesa ABBC, com a sociedade de advogados global DLA Piper, presente em mais de 40 países.

"Tive o privilégio — explica — de ser das primeiras pessoas a, durante um ano, ser desafiada a pensar o Direito como ele é, como se relaciona com o que o rodeia, e como irá evoluir para acompanhar um mundo em constante evolução - essencialmente, é esta forma de pensar que levo comigo, e que acredito que continuará a ter um forte papel no meu desenvolvimento profissional."

O LL.M. Law in a Digital Economy, lançado em 2020/2021 pela Católica Global School of Law, dirige-se a recém-licenciados em Direito e jovens advogados que procuram um programa desafiante e interdisciplinar sobre direito e tecnologia. Justamente o que Ana Rita Santos diz ter encontrado: "Num mundo em que a tecnologia e os negócios avançam a uma velocidade avassaladora, senti que o currículo se encontrava a todo o momento a par do estado da arte, e que havia uma grande preocupação em preparar os alunos para uma carreira jurídica do séc.XXI".

Na opinião da jovem advogada, o plano de estudos primou pela "inovação" e pela "flexibilidade", permitindo aprofundar temas como Big Data eBlockchain. Destaca a oferta de "skills seminars" não jurídicos, "mas imensamente

relevantes", como "Negotiation" ou "Strategic Decision-Making for Lawyers", bem como o pré-LL.M. Bootcamp no Instituto Superior Técnico.

O Law in a Digital Economy é o terceiro programa de LL.M. lancado pela Católica Global School of Law. Faz o cruzamento entre o Direito e a Tecnologia e vai agora para a sua terceira edição, "com uma procura sempre crescente", segundo nos diz Tito Rendas, diretor executivo da Escola. "Além

destas três grandes áreas de especialização, no próximo ano académico vamos desenvolver e agregar a nossa oferta noutras áreas do Direito, permitindo aos alunos a obtenção de "minors", por exemplo, em Human Rights e Sports Law, promovendo ainda maior diferenciação no currículo de cada um", adianta. O novo seminário intensivo em Data Science for Lawyers será lecionado em janeiro e, à semelhança dos outros "skills seminars" integra o plano curricular

dos três programas de LL.M. da Escola, que inclui Law in a European and Global Context e International Business Law.

"A aposta neste tipo de oferta formativa – explica o diretor Executivo da Católica Global School of Law – visa responder à crescente procura do mercado por advogados dotados não apenas de sólidos conhecimentos jurídicos, mas também de competências que extravasam o domínio estrito do Direito e que são essenciais ao suces-

so de qualquer profissional – os chamados soft skills". O objetivo fundamental deste seminário em particular – que terá a duração de 18 horas – é dar aos alunos "a capacidade de desenvolver, interpretar e compreender análises de dados com relevância jurídica, tanto quantitativas, como qualitativas".

Um LL.M. é indiscutivelmente um factor diferenciador num curriculum. Ao JE a Vieira de Almeida (VdA)fala numa importância "significativa", dado que "traduz uma exposição a um ambiente jurídico internacional", relevante para "o acompanhamento de assuntos complexos que exijam uma visão ampliada sobre o Direito".

Na perspetiva desta prestigiada sociedade de advogados, a especialização permite dominar de forma mais aprofundada áreas específicas do Direito, e esse conhecimento qualificado é essencial para o acompanhamento dos assuntos dos clientes. "Permite dar uma resposta de maior valor acrescentado e inovadora às questões jurídicas complexas com que os clientes se defrontam, e antecipar melhor os desafios que essas questões poderão vir a suscitar no futuro".

Num colaborador que tenha LLM, a VdA procura, "antes de mais, um conhecimento reforçado em determinadas áreas específicas do Direito mas, também, a visão ampliada que o LL.M proporciona pela exposição a um ambiente internacional".



Ana Rita Santos Antiga aluna do LL.M. in a Digital Economy



Tito Rendas
Diretor Executivo
da Católica Global School of Law

FÓRUM

Competências essenciais para trilhar uma carreira na advocacia

Hoje, não se triunfa na advocacia sem um sólido conhecimento em Direito, boas competências relacionais e domínio das ferramentas digitais. A carreira do advogado será ancorada na formação ao longo da vida. POR ALMERINDA ROMEIRA

1. Quais são as novas skills necessárias para singrar na advocacia? 2. Na sua perspetiva, as Escolas de Direito já estão a incorporá-las nas suas formações?



ANA TAVEIRA DA FONSECA
Diretora da Escola de Lisboa da
Faculdade de Direito da Universidade
Católica Portuguesa

1 As Universidades devem dotar os seus estudantes de ferramentas que permitam suportar uma vida profissional longa. É, por isso, fundamental continuar a investir numa formação de base sólida e exigente. Isto não significa que os cursos não devam evoluir e proporcionar novas competências. Quando saem das Universidades, os jovens juristas devem estar preparados para trabalhar em contextos internacionais, mesmo que exerçam a sua profissão em Portugal.

Conhecimentos aprofundados de finanças empresariais, de contabilidade financeira e de outras áreas da gestão de empresas têm-se revelado imprescindíveis para aqueles que pretendem trabalhar na área do direito dos negócios.

É também importante que sejam capazes de abraçar os desafios que a evolução tecnológica trará, com toda a certeza, para o exercício das profissões jurídicas.

2 A licenciatura em Direito da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP oferece um vasto leque de disciplinas optativas e obrigatórias, que integram o Transnational Law Curriculum, lecionadas em língua inglesa, através das quais se pretende que os alunos tenham do Direito uma perspetiva menos nacional e mais global.

Na oferta de 2.º ciclo, temos um programa interdisciplinar em Direito e Gestão que permite aos alunos adquirir competências aprofundadas na área da gestão de empresas. Na licenciatura em Direito disponibilizamos várias disciplinas optativas na área do direito e tecnologia como o Direito e Inteligência Artificial, Blockchain and the Law. Introduction to Law in a Digital Economy, Digital Surveillance, Digital Governance, e Technology and the Laws of War. Nos Mestrados lecionados em língua portuguesa são oferecidas disciplinas como Fiscalidade das Indústrias Digitais e Plataformas Digitais. Paralelamente, há soft skills que, não integrando o plano curricular de uma licenciatura ou de um mestrado em Direito, devem ser oferecidas aos alunos para complementar a sua formação

académica. Essa formação complementar tem sido assegurada pelo Career Office da Escola em estreita ligação com os nossos principais recrutadores.



FILIPA RUANO PINTO
Corresponsável pelo pelouro dos RH
da SPS Advogados

1 A capacidade de trabalho em equipa é cada vez mais valorizada no atual ambiente de trabalho. A prática solitária da advocacia é cada vez mais residual dado que o trabalho jurídico é cada vez mais multidisciplinar face às exigências do mercado.

Por outro lado, as novas formas de trabalho remoto exigem que se desenvolva skills de convivência importantes uma vez que o isolamento prejudica a tradicional aquisição de conhecimento por osmose que ocorre naturalmente num ambiente de trabalho partilhado. Esta nova realidade exige que esta capacidade de trabalho em equipa deva ser ainda mais trabalhada.

2 As escolas de Direito ainda não apostam numa formação nesse sentido, mais tradicional nas escolas de gestão, e deverá implementar isso no seu currículo a curto prazo. O advogado deixou de ser um navegador solitário e as skills relacionais devem ser desenvolvidas na componente académica da formação.



SUSANA VIDEIRA
Coordenadora da Licenciatura em
Direito e do Mestrado em Direito
Judiciário da Universidade Europeia

1 Passam pela excelência da formação académica dos futuros advogados, mas também por um quadro deontológico específico, enriquecido pelas crescentes exigências de uma sociedade cada vez mais assente na tecnologia, no trabalho remoto ou híbrido e na formação ao longo da vida (lifelong learning, reskilling e upskiling).

2 A Licenciatura em Direito da Universidade Europeia caracterizase, precisamente, por assentar num inovador modelo académico, que prepara uma nova geração de estudantes - que exigem dinamismo, diversidade e constantes desafios - para o exercício profissional, promovendo a criatividade e a ligação às profissões jurídicas. Sem descurar a excelência da formação jurídica, fazemos uma clara e diferenciadora aposta na autonomia do estudo, nas aulas flexíveis e num intenso compromisso social e ético, que permite a formação de juristas completos, responsáveis, abertos à inovação, preparados para o desempenho profissional e para alcançarem o sucesso em qualquer parte do mundo. Disciplinas de cunho eminentemente prático - como Moot Court, Prática Jurídica, Exploração Vocacional, Sistemas Informáticos, Inglês Jurídico, Técnicas de Redação Jurídica integram o plano curricular da nossa licenciatura, permitindo uma experiência formativa orientada para a resolução de problemas, muito próxima da realidade profissional, com simulações e interação com casos práticos do Direito. Porque o conhecimento não deve ficar fechado numa sala de aula ou restrito à instituição, esta aposta na inovação tem permitido aos estudantes de Direito da Universidade Europeia obter o merecido reconhecimento quer nas suas profissões, quer enquanto alunos, como sucedeu, há escassas semanas, com dois estudantes do 4º ano, que venceram a 2ª Edição da Client Interviewing Competition, organizada pela ELSA NOVA Lisboa, em parceria com a PLMJ.



ALEXANDRA COURELA Sócia da Abreu Advogados

1 A evolução da advocacia tem vindo a criar um novo conjunto de competências que são, hoje, indispensáveis para quem quer ter sucesso neste setor. A literacia digital e a capacidade de utilização de novas ferramentas tecnológicas assumem-se como fatores fundamentais para aumentar a eficiência do trabalho do advogado e, simultaneamente, compreender da melhor forma as necessidades dos clientes, que desenvolvem o seu negócio numa economia altamente digitalizada. Por outro

lado, além do conhecimento jurídico, os advogados deverão desenvolver capacidades de gestão e skills comerciais que lhes permitam adaptar os seus servicos de acordo com o contexto económico e com as novas tendências globais. A preocupação com o cumprimento dos critérios ESG e com o desenvolvimento de uma atividade sustentável em todos os seus campos é também uma skill que deve estar presente na carreira de qualquer advogado, assim como o desenvolvimento da sua capacidade de comunicação que, num mundo eminentemente globalizado e com a escalada das redes sociais, assume uma importância cada vez major.

2 As Escolas de Direito estão a adaptar-se às transformações e desafios profundos que a tecnologia está a introduzir no setor da advocacia. Temos assistido a um esforço das universidades em Portugal para incorporar algumas das novas competências do setor, seia através da criação de áreas de formação inovadoras, seja através de planos curriculares e corpos docentes multidisciplinares. É um trabalho que está a ser desenvolvido paulatinamente mas cujos resultados já começam a ser visíveis nas novas gerações que temos vindo a acompanhar na Abreu Advogados, Orgulhamo-nos de fazer parte deste processo de mudança através do trabalho que temos desenvolvido junto das universidades e que já levou à assinatura de protocolos que preveem, por exemplo, a criação da "Abreu Chair in ESG Impact" com a NOVA School of Law, dedicada às dimensões ambientais, sociais e de governance, ou da "Abreu Professorship in International Business Law" junto da Católica Global School of Law.



ANTÓNIO SOARES National Managing Partner da Linklaters

1 Os tempos que correm exigem que os advogados adquiram uma série de competências que vão muito para além dos conhecimentos técnico- jurídicos (que são essenciais e devem ser excelentes). Os bons advogados aliam um forte conhecimento técnico do direito a um outro conjunto de competências. É

essencial que os advogados hoje saibam trabalhar em equipa (e que desenvolvam competências de gestão de equipas e de liderança), promovendo a empatia, mas sem abdicar de um espírito crítico. É importante que tenham um bom domínio das novas tecnologias e que se mantenham a par das inovações que lhes permitam melhor servir os seus clientes e fazê-lo da forma mais eficiente. Acima de tudo, é necessário terem espírito de serviço e manterem o foco nos clientes.

2 Os cursos gerais de Direito não são (nem devem ser) vocacionados para a formação específica dos advogados. As Faculdades de Direito preparam juristas que depois podem seguir vários caminhos profissionais dentro da área do Direito, como sejam as carreiras de magistrado. advogados, académicos, juristas em entidades públicas ou privadas, etc. Mais do que às Faculdades, compete às Ordens Profissionais ou às entidades a quem compete a formação na área especifica do Direito em questão, velarem pela formação nos diversos tipos de soft skills necessários aos profissionais dessa área do Direito.



JOÃO TIAGO MORAIS ANTUNES Responsável da Comissão de Estágio e sócio de Resolução de Litígios da PLMJ

1 Muitas coisas mudaram e evoluíram na última década na advocacia. Se é verdade que um advogado extraordinário tem de dominar o Direito, é igualmente verdade que, hoje, esse domínio do Direito é um mínimo olímpico, sobretudo quando falamos ao nível dos maiores escritórios do país. Os olientes querem visão estratégi foco em resultados, querem soluções e caminhos, não exercícios de retórica, oratória e eloquência. O fator diferenciador, o que faz um advogado extraordinário, vem a montante do domínio profundo do Direito. Falo de uma mentalidade absolutamente focada no cliente. na resolução de problemas, criatividade e inovação. Falo da capacidade de realmente saber trabalhar em equipa e de desenvolver inteligência emocional como uma ferramenta de gestão de equipas e de autodesenvolvimento permanente. A capacidade de comunicação é fundamental e, quando falamos de

um escritório que se posiciona na advocacia de negócios, é iqualmente essencial conhecer o setor, o negócio, os objetivos dos nossos clientes. É preciso formar os advogados, desde a fase do estágio, para desenvolverem todas estas dimensões.

2 Há uma evolução positiva, mas ainda há um caminho a percorrer, porque os cursos ainda estão muito vocacionados para a formação técnica e, consequentemente, teórico do Direito. Mas também acreditamos que esta evolução não deve nem pode ser feita apenas pelas universidades, cabe também aos alunos procurarem experiências extracurriculares e outras formações ao longo do curso, tais como estágios de verão participação em "moot courts", outras atividades extracurriculares, ações de voluntariado, associativismo académico, passagens por outros países e culturas. Esse deve ser um objetivo e uma preocupação dos alunos porque é isto que lhes vai ser exigido num escritório como a PLMJ. A carreira de advogado e isso não mudou - é uma vida de constante atualização de conhecimentos e o sucesso assenta, em grande parte, numa atitude individual de proatividade e de autossuperação permanente. Pensamos que faria todo o sentido que as faculdades incorporassem nos seus programas componentes que permitissem desenvolver, a par do estudo do Direito, estas vertentes que encontramos, por exemplo, em programas mais avançados de gestão.



Subdiretor do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa

1 O panorama atual do exercício da advocacia carateriza-se pela paulatina extinção do tradicional advogado em prática individual, em favor de um modelo mais estruturado e hierarquizado sob a forma societária. Esta realidade impõe a necessidade de uma formação mais especializada, na ótica de uma sociedade de advogados organizada em departamentos, e menos generalista, em detrimento do advogado que devia dominar um pouco de muitas matérias diferentes. O exercício da atividade da advocacia organizada sob a forma societária é, também, a resposta à crescente complexidade das relações jurídicas que demanda um maior conjunto de conhecimentos para poder satisfazer as necessidades dos cidadãos que procuram os seus serviços. Neste contexto, a prática da advocacia pressupõe, nos dias de hoje, o domínio de diversas ferramentas tecnológicas, umas bases generalistas sólidas e uma forte componente de especialização temática teórico-prática.

2 No caso do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, foi confecionado um programa de Licenciatura e dois de Mestrado (um deles com três variantes) que pretende ir ao

encontro das necessidades identificadas no mercado. Particular relevo merece a introdução das Unidades Curriculares de Prática Jurídica Interdisciplinar I (1º semestre do último ano) e de Prática Jurídica Interdisciplinar II, (2º semestre do último ano) na licenciatura. Nas mencionadas unidades curriculares, os alunos simulam a vida profissional do advogado desde a primeira consulta com um cliente em contexto de aconselhamento jurídico e patrocínio contencioso até a obtenção de uma decisão judicial definitiva. Neste percurso programático prático, os alunos adotam um papel autónomo, dinâmico e principal, devendo dominar as áreas jurídicas relacionadas com a matéria em apreço, ao tempo que são monitorizados e acompanhados nesse percurso por profissionais da respetiva área, nomeadamente diversos advogados associados em sociedades de renome, magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, entre outros. Esta formação é complementada pelos programas de mestrado especializados por áreas temáticas e com uma abordagem focada na resolução de problemas efetivos.



CAROLINA DE FREITAS E SILVA Subdiretora da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Lisboa

1 Ter um conhecimento consistente e crítico é sempre um trunfo, independentemente da circunstância temporal e da profissão exercida. Quem estiver na posse desta capacidade tem as condições de base para singrar em qualquer profissão jurídica. A par disto, um advogado, mais do que qualquer outro profissional, tem que estar constantemente atualizado. A sociedade é dinâmica, o Direito também, sobretudo nas áreas jurídicas que são mais permeáveis às vicissitudes sociais, económicas e tecnológicas. Por isso, um advogado "up-to-date" consegue dar respostas mais adequadas aos desafios que lhe são lançados.

2 Em geral, as Escolas de Direito estão preparadas para oferecer formação, nos diversos ciclos de estudos, no sentido de produzir conhecimento consistente e crítico. Também vão surgindo cursos não conferentes de grau, em áreas relevantes, mas menos óbvias, de modo a dar resposta aos desafios do presente. É um trabalho em constante

construção, sem dúvida. Na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Lisboa a realidade que conheço melhor a resposta tem sido dada através de um leque de disciplinas opcionais nos três ciclos de estudos e de novos cursos, disponíveis a partir do próximo ano

A formação que marca a diferença



ESCOLA DO PORTO

Licenciatura em Direito

CANDIDATURAS ABERTAS

Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão

CANDIDATURAS ABERTAS

Mestrado em Direito

CANDIDATURAS ABERTAS

- International Studies Programme PRIMEIRA EDIÇÃO
- Direito Privado
- Direito Criminal
- Direito da Empresa e dos Negócios
- Direito Internacional e Europeu
- Direito Fiscal
- Direito Administrativo
- Direito do Trabalho

Personalize o plano de estudos: escolha entre mais de 100 disciplinas e seminários.

Mestrado em Direito e Gestão

CANDIDATURAS ABERTAS

Doutoramento em **Direito**

CANDIDATURAS ABERTAS

Pós-Graduações

ENSINO PRESENCIAL, ONLINE OU COMBINADO

- > Direito da Saúde
- > Direito da Moda Fashion Law
- > Direito do Trabalho e da Segurança Social
- Direito da Família Empresária
- > Direito Imobiliário
- Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos
- Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário
- Direito e Tecnologia
- > Direito Administrativo
- Direito Aduaneiro Internacional
- Interdisciplinar em **Direitos Humanos**
- Organização e Gestão no Futebol Profissional
- > Direito Intelectual Direito das Sociedades

Comerciais









